

PROCESSO Nº: 57 / 2025

Processo: 57 / 2025

Data de entrada: 23 de Abril de 2025

Autor: Chefe do Executivo

Protocolo: 1778 / 2025

Ementa: VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei nº 346/2022, de autoria de autoria do Vereador Luciano Nascimento, subscrito pela Vereadora Camila Araújo e pelo Vereador Robson Carvalho, que "Cria o "Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes - PROTEJA", com ofer[...]

Despacho Inicial:

_____**NORMA JURIDICA**_____

MENSAGEM Nº. 063/2025

À sua Excelência o Senhor
Eriko Samuel Xavier de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal do Natal

AO SETOR LEGISLATIVO

Em, 23/04/2025Simone Aguiar
Ass. Parlamentar
Presidência

Natal, 22 de abril de 2025.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 346/2022**, de autoria de autoria do Vereador Luciano Nascimento, subscrito pela Vereadora Camila Araújo e pelo Vereador Robson Carvalho, aprovado em sessão plenária realizada no dia 02 de abril de 2025, o qual “visa criar o *“Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA”*, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal”, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º, 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

RECEBIDO

EM: 23/04/25AS 10 10 H.

RAZÕES DE VETO

Como se vê, a partir do exame do teor do Projeto de Lei apresentado, pretende o Poder Legislativo Municipal criar, nesta Municipalidade, o “Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA”, com o escopo de ofertar estágio remunerado, com direito de preferência, a jovens e adolescentes egressos de acolhimento institucional, abrigo, casa-lar e família acolhedora, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal (**art. 1.º, caput e §§ 1.º e 2.º**).

O projeto estabelece que o regime de trabalho dos estagiários deverá observar, no que couber, a Lei Federal n.º 11.788/2008 (**art. 2.º**), sendo o estágio direcionado a estudantes em idade escolar, sem vínculo empregatício formal e em condição de vulnerabilidade econômica, podendo perdurar até a conclusão do ensino médio, independentemente da idade (**art. 3.º**).

Dispõe que o valor da bolsa-auxílio estará sujeito à disponibilidade orçamentária e aos programas de estágio já existentes no Município (**art. 4.º**), fixando a jornada em no máximo quatro horas diárias, compatível com o turno escolar (**art. 5.º**). Também estabelece que o estágio não configura vínculo empregatício (**art. 6.º**), devendo cada órgão designar servidor para acompanhar a execução das atividades (**art. 7.º**).

Adicionalmente, determina que a quantidade de vagas será ajustada conforme a necessidade de cada órgão ou entidade, respeitando os limites orçamentários, sendo obrigatória a observância do direito de preferência previsto na pretendida Lei (**art. 8.º, caput e parágrafo único**). Por fim, prevê que a norma entrará em vigor na data de sua publicação (**art. 9.º**).

Da análise do que foi acima relatado, vê-se que, embora a presente proposição legislativa possua fins sociais bem-intencionados, voltados à inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio da oferta de estágio educativo remunerado, não há como prosperar, em razão das inconstitucionalidades que a maculam.

Anote-se que a criação de um programa que estabelece de forma detalhada o regramento para a realização de estágio educativo remunerado, destinado exclusivamente a jovens e adolescentes egressos de instituições de acolhimento, como abrigos, casas-lares e famílias acolhedoras, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta,





disciplinando critérios de seleção, jornada, forma de acompanhamento e prioridade de vagas, configura medida que invade a esfera de atuação discricionária do Poder Executivo. Trata-se de matéria diretamente vinculada à organização administrativa, à gestão de pessoas e à execução de políticas públicas, cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Executivo.

Desse modo, constata-se, nesta proposição de lei, a existência de inconstitucionalidade de caráter material, vez que o seu conteúdo se afigura como invasão à forma de administrar do Poder Executivo Municipal.

É que, no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca editar lei com o objetivo de impor atuação administrativa em determinado sentido, como ocorre na espécie, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público (chamada reserva de administração), violando o princípio da separação de poderes, o qual, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

Nesses termos, pode-se dizer que há, no presente Projeto de Lei afronta direta ao princípio fundamental da separação dos poderes, garantido no art. 2.º da Constituição da República c/c art. 16 da Lei Orgânica do Município – LOM em decorrência do princípio da simetria (art. 29, *caput*, da Constituição Federal)., senão vejamos as respectivas redações:

Constituição Federal:

“Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

Art. 29º. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.

LOM:





“Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

A respeito da cláusula da reserva de administração, o Supremo Tribunal Federal – STF já se posicionou da seguinte forma, *in verbis*:

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQÜENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredir o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ‘ultra vires’ do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.”
(STF, RE 427574 ED, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ª Turma, Acórdão Eletrônico, j. 13/12/2011, DJe 030 10/02/2012, Pub. 13/02/2012)

“Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 3.449/04 DO DISTRITO FEDERAL. PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE ASSINATURA BÁSICA NOS SERVIÇOS DE ÁGUA, LUZ, GÁS, TV A CABO E TELEFONIA. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR E PRESTAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA ELÉTRICA (CF, ART. 21, XI E XII, ‘b’, E 22, IV). FIXAÇÃO DA POLÍTICA TARIFÁRIA





COMO PRERROGATIVA INERENTE À TITULARIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO (CF, ART. 175, PARÁGRAFO ÚNICO, III). AFASTAMENTO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO ESTADO-MEMBRO PARA LEGISLAR SOBRE CONSUMO (CF, ART. 24, V E VII). USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CUJO REGIME GUARDA DISTINÇÃO COM A FIGURA DO CONSUMIDOR (CF, ART. 175, PARÁGRAFO ÚNICO, II). PRECEDENTES. SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E GÁS. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO (CF, ART. 2º). PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

(...)

4. Ofende a denominada reserva de administração, decorrência do conteúdo nuclear do princípio da Separação de Poderes (CF, art. 2º), a proibição de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás, em grande medida submetidos também à incidência de leis federais (CF, art. 22, IV), mormente quando constante de ato normativo emanado do Poder Legislativo fruto de iniciativa parlamentar, porquanto supressora da margem de apreciação do Chefe do Poder Executivo Distrital na condução da Administração Pública, no que se inclui a formulação da política pública remuneratória do serviço público.

5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (STF, ADI 3343, Rel. Min. AYRES BRITTO, Rel. p/ Acórdão Min. LUIZ FUX, Pleno, j. 01/09/2011, DJe 221 21/11/2011, Pub. 22/11/2011, Ement. Vol. 02630-01, p. 00001)

Por outro lado, percebe-se que o projeto de lei em comento, ao estabelecer objetivos a serem executados diretamente pelo Executivo Municipal, por meio da inevitável atuação de seus órgãos, acaba por incorrer em inconstitucionalidade de cunho formal, sob a ótica da competência para deflagrar o processo legislativo em relação a determinadas matérias.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a proposição sob análise, ao pretender criar regramento específico para programa de estágio educativo remunerado, voltado a jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional ou familiar, a ser executado no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, acaba por interferir diretamente na organização administrativa do Município. Isso porque a execução do programa envolve a gestão de vagas, definição de critérios de seleção, designação de servidores supervisores, concessão de bolsa-auxílio e alocação de recursos, o que implica a criação de novas atribuições e despesas para esta Municipalidade, invadindo a esfera de iniciativa reservada





ao Prefeito.

A propósito, ensina o administrativista Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal.” (Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 1997, 9.ª ed., p. 431)

Consoante especifica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, tem-se o seguinte:

“Art. 61. (...)

§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;”

(grifos acrescentados)

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, *caput*, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:





"Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X - matéria financeira e orçamentária;

(...)

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1º. É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei."

Especialmente acerca da iniciativa privativa do Chefe do Executivo para elaborar determinados projetos de lei, os quais disponham sobre organização administrativa, colhem-se os seguintes arestos:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 10.091, DE 13/11/2017, DE GOIÂNIA. ALEGAÇÃO DE VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. INICIATIVA RESERVADA AO PREFEITO. OFENSA AOS ARTS. 2º e 77, incisos I e V, DA CARTA ESTADUAL. 1. É da competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal a deflagração de processo legislativo que trate das matérias elencadas no artigo 77 e incisos da Constituição Estadual. 2. A iniciativa para a elaboração de lei é condição de validade do próprio processo legislativo, do que resulta, uma vez não observada, a ocorrência de inconstitucionalidade formal. 3. Nessa perspectiva, em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, evidencia-se a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, da Lei nº 10.091/2017, do Município de Goiânia, por afronta aos artigos 2º, caput, e 77, incisos I e V, ambos da Constituição do Estado de Goiás, que dispôs sobre normas acerca da inscrição de despesas, para efeito de liquidação e pagamento, pela Administração Pública municipal, eis que tal matéria é reservada à iniciativa legislativa constitucionalmente outorgada ao Prefeito, e afronta ao princípio da separação dos Poderes. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE





JULGADA PROCEDENTE.” (TJGO, Ação Direta de Inconstitucionalidade 5464318- 20.2017.8.09.0000, Rel. Nelma Branco Ferreira Perilo, Órgão Especial, DJe de 14/06/2019) (grifos acrescidos)

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ALAGONA N. 6.153, DE 11 DE MAIO DE 2000, QUE CRIA O PROGRAMA DE LEITURA DE JORNAIS E PERIÓDICOS EM SALA DE AULA, A SER CUMPRIDO PELAS ESCOLAS DA REDE OFICIAL E PARTICULAR DO ESTADO DE ALAGOAS.

1. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado.

2. Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1º, inc. II, alínea e, da Constituição da República, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências.

3. Iniciativa louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa. Precedentes.

4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.” (STF, ADI 2329, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Pleno, j. 14/04/2010, DJe 116 24/06/2010, Pub. 25/06/2010, Ement. Vol. 02407-01, p. 00154) (grifos acrescidos)

“Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA.

Lei municipal, de autoria de membro do Poder Legislativo, que institui campanha de orientação e prevenção de doenças de inverno. Matéria relativa a exercício da administração direta municipal. Matéria de iniciativa do chefe do Poder Executivo. Ofensa aos arts. 5º, "caput", da CESP e art. 2º da CF/88. Caracterização de vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Ação julgada procedente. (TJ/SP, ADI 685429020118260000 SP 0068542-90.2011.8.26.0000, Rel. Roberto Mac Cracken, Órgão Especial, j. 24/08/2011, Pub. 06/09/2011) (grifos acrescidos)

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência da





Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração, e criação de novas despesas.

Ante o exposto, opino pelo **VETO INTEGRAL** do **Projeto de Lei n.º 346/2022**, de autoria de autoria do Vereador Luciano Nascimento, subscrito pela Vereadora Camila Araújo e pelo Vereador Robson Carvalho, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º, 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito



CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 07



Câmara Municipal do Natal
Atende ao povo. Atende ao futuro.

Câmara Municipal do Natal
Departamento Legislativo

CÓPIA

Recebido

Data: 03/04/2025

Alisson Winton
Responsável/Matricula

900.750.764-62

OFÍCIO Nº 081/2025-RF

Natal, 03 de abril de 2025.

Excelentíssimo Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Prefeito da Capital
Nesta.

Assunto: Encaminhando Projeto de Lei nº 346/2022, de autoria do Vereador Luciano Nascimento, subscrito pela Vereadora Camila Araújo e pelo Vereador Robson Carvalho.

Senhor Prefeito,

Cumpre-nos encaminhar à Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 346/2022**, de autoria do **Vereador Luciano Nascimento, subscrito pela Vereadora Camila Araújo e pelo Vereador Robson Carvalho**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 02 de abril de 2025, que *"Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes - PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal"*.

Atenciosamente,

ERIKO JÁCOME

Presidente da Câmara Municipal do Natal

CMN - PROCESSO

Nº 57125

FOLHA: 08/02



VETADO INTEGRALMENTE

DE 08/1/2025

Processo nº

PL 346/2022

AUTORIA: Luciano Nascimento

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

de de

PREFEITO

LEI Nº _____

Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio e Incentivo ao Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, que prevê a oferta de estágio remunerado com direito de preferência, aos jovens e adolescentes egressos de acolhimento institucional, abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

§ 1º Para os fins desta Lei, inserem-se no conceito de trabalho educativo as atividades laborais desenvolvidas em regime de estágio remunerado, nas quais as exigências pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento pessoal e social do estagiário predominam sobre o retorno material extraído pela Administração Pública das tarefas desempenhadas.

§ 2º Deverá o direito de preferência ser observado e permear a contratação do estagiário e da estagiária, tendo em vista a realidade do jovem ou da jovem que esteja na condição de acolhimento institucional ou familiar.

Art. 2º O regime de trabalho dos estagiários admitidos em decorrência do disposto nesta Lei observará, no que couber, as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.788/2008.

Art. 3º O estágio remunerado decorrente da aplicação do disposto nesta Lei será oferecido exclusivamente aos jovens e adolescentes que estejam em idade escolar, em que não haja vínculo empregatício formal, submetidos a renda familiar que permita caracterizá-los como carentes, e poderá perdurar até que, independente da idade, conclua o ensino médio.

1000
1000
1000
1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO

Nº 52125

FOLHA: 09 de 09

§ 1º A condição de estudante devidamente matriculado é requisito intrínseco para a realização de estágio, nos moldes do art. 1º da Lei 11.788/2008, sendo, assim, necessária a análise da idade mínima para se inserir na condição de estagiário, cujo enquadramento observará a respectiva série do ano escolar.

§ 2º Na hipótese de se apresentarem dois ou mais candidatos a uma única vaga, a seleção será promovida mediante comparação do desempenho acadêmico dos postulantes.

Art. 4º O valor da bolsa-auxílio, referente ao estágio, obedecerá a disponibilidade orçamentária e a previsão já existente nos programas de estágio na esfera da Administração Pública Municipal.

Art. 5º A jornada do estágio remunerado será de, no máximo, quatro horas diárias e deverá ser cumprida em horário compatível com o turno de aulas da instituição frequentada pelo estagiário.

Art. 6º O cumprimento do estágio decorrente da aplicação do disposto nesta Lei não caracteriza vínculo de natureza empregatícia com o órgão ou entidade no qual esteja sendo realizado.

Art. 7º O órgão ou entidade que admitir o estagiário designará um de seus servidores para acompanhar o cumprimento do estágio, o qual cumprirá a verificação periódica das normas estabelecidas nesta Lei.

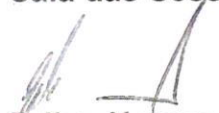
Art. 8º A quantidade de vagas oferecidas aos estudantes será ajustada às necessidades de cada órgão ou entidade, não podendo:

- I – gerar despesa superior à respectiva dotação orçamentária;
- II – ser fixada em número inferior ao previsto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Para os fins do inciso II deste artigo, é obrigatória a prioridade e direito de preferência dos estagiários, caracterizados nesta Lei, em cada unidade orçamentária da Administração Direta ou entidade a ela vinculada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Natal, 02 de abril de 2025.


Eriko Jácome

- Presidente


Kleber Fernandes

- Primeiro Secretário


Camila Araújo

- Segunda Secretária

PROCESSO Nº: 346 / 2022

OF 081/2025

CMN - PROCESSO

Nº 57/25

FOLHA: 102

o de Lei: 346 / 2022

de entrada: 30 de Junho de 2022

: Luciano Nascimento

Camila Araujo, Robson Carvalho

colo: 3489 / 2022

nta: Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao
envolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e
escentes - PROTEJA, com oferta de estágio
unerado aos jovens e adolescentes egressos de
natos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e
dades da Administração Pública direta e indireta do
[...]

pacho Inicial:

NORMA JURIDICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR LUCIANO NASCIMENTO

Luciano
VEREADOR
ConectadoCom

CMN - PROCESSO

Nº 57129

FOLHA: 83 M

PROJETO DE LEI N. 346 DE 2022.

Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, que prevê a oferta de estágio remunerado, com direito de preferência, aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

§ 1º. Para os fins desta Lei, inserem-se no conceito de trabalho educativo as atividades laborais desenvolvidas em regime de estágio remunerado, nas quais as exigências pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento pessoal e social do estagiário predominam sobre o retorno material extraído pela Administração Pública das tarefas desempenhadas.

§ 2º. Deverá o direito de preferência ser observado e permear a contratação do estagiário, tendo em vista a realidade do jovem que esteja na condição de interno, em orfanato ou abrigo.

Art. 2º. O regime de trabalho dos estagiários admitidos em decorrência do disposto nesta Lei observará, no que couber, as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.788/2008.

Art. 3º. O estágio remunerado decorrente da aplicação do disposto nesta Lei será oferecido exclusivamente aos jovens e adolescentes que estejam em idade escolar, em que não haja vínculo empregatício formal, submetidos a renda familiar que permita caracterizá-los como carentes, e poderá perdurar até que, independente da idade, conclua o ensino médio.

**Gabinete do Vereador Luciano Nascimento
Câmara Municipal de Natal**

Rua Jundiá, 546 - Tirol - 59020-120 - Natal/RN vereadorlucianonascimento@gmail.com

1. The first part of the report
describes the general situation
of the country and the
main problems.

2. The second part of the report
describes the results of the
survey.

3. The third part of the report
describes the results of the
survey.

4. The fourth part of the report
describes the results of the
survey.

5. The fifth part of the report
describes the results of the
survey.

6. The sixth part of the report
describes the results of the
survey.

7. The seventh part of the report
describes the results of the
survey.

8. The eighth part of the report
describes the results of the
survey.

9. The ninth part of the report
describes the results of the
survey.

10. The tenth part of the report
describes the results of the
survey.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL

GABINETE DO VEREADOR LUCIANO NASCIMENTO

Luciano

Conectado Com.

§ 1º. A condição de estudante devidamente matriculado é requisito intrínseco para a realização de estágio, nos moldes do art. 1º da Lei 11.788/2008, sendo, assim, necessária a análise da idade mínima para se inserir na condição de estagiário, cujo enquadramento observará a respectiva série do ano escolar.

§ 2º. Na hipótese de se apresentarem dois ou mais candidatos a uma única vaga, a seleção será promovida mediante comparação do desempenho acadêmico dos postulantes.

Art. 4º. O valor da bolsa-auxílio, referente ao estágio, obedecerá a disponibilidade orçamentária e a previsão já existente nos programas de estágio na esfera da Administração Pública Municipal.

Art. 5º. A jornada do estágio remunerado será de, no máximo, quatro horas diárias e deverá ser cumprida em horário compatível com o turno de aulas da instituição frequentada pelo estagiário.

Art. 6º. O cumprimento do estágio decorrente da aplicação do disposto nesta Lei não caracteriza vínculo de natureza empregatícia com o órgão ou entidade no qual esteja sendo realizado.

Art. 7º. O órgão ou entidade que admitir o estagiário designará um de seus servidores para acompanhar o cumprimento do estágio, o qual cumprirá a verificação periódica das normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. A quantidade de vagas oferecidas aos estudantes será ajustada às necessidades de cada órgão ou entidade, não podendo:

- I – gerar despesa superior à respectiva dotação orçamentária;
- II – ser fixada em número inferior ao previsto no parágrafo único deste artigo;

Parágrafo Único. Para os fins do inciso II deste artigo, é obrigatória a prioridade e direito de preferência dos estagiários, caracterizados nesta Lei, em cada unidade orçamentária da Administração Direta ou entidade a ela vinculada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Natal.

Gabinete do Vereador Luciano Nascimento
Câmara Municipal de Natal

Rua Jundiá, 546 - Tirol - 59020-120 - Natal/RN vereadorlucianonascimento@gmail.com



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR LUCIANO NASCIMENTO

Luciano
VEREADOR
Conectado Com Você

Projeto de
Número. 1346/2021
Data. 04/06

Natal/RN, 26 de junho de 2022.

CMN - PROCESSO
Nº 57125
FOLHA: 13 DC

Luciano Nascimento
Vereador Autor - PTB

Gabinete do Vereador Luciano Nascimento
Câmara Municipal de Natal

Rua Jundiá, 546 - Tirol - 59020-120 - Natal/RN vereadorlucianonascimento@gmail.com



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR LUCIANO NASCIMENTO

VEREADOR
Luciano
Nascimento
Conectado Com Você

Projeto de
Número: 346/2022
CMN - PROCESSO
Nº 57125
FOLHA: 34 DE

JUSTIFICATIVA

O presente projeto legislativo visa à inclusão de jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos com a finalidade de primeiro acesso ao ambiente de trabalho, objetivando, em contrapartida, capacitá-los a profissionalização.

Tendo em vista que o critério preferencial para a seleção de estagiários está pautado na condição social em que se encontra, evidencia-se que o presente projeto busca contribuir com o aprimoramento das políticas públicas e sociais voltadas a inserção de minorias.

O que se pretende, portanto, é disponibilizar aos jovens e adolescentes inseridos nas situações descritas alternativas no contraturno escolar, que lhes permitam vivenciar a dinâmica da vida adulta e que se habilitarem a correr atrás de um futuro melhor, obtendo experiências que possam impulsionar o ingresso no mercado de trabalho.

São diversas as legislações que abordam o tema, dando um panorama geral para a aplicabilidade das iniciativas acerca da temática, porém, pouco se fala na política voltada para esse segmento da sociedade, que acaba por ser isolado de muitas iniciativas.

Como alternativa e, partindo da premissa de que compete ao Poder Público estimular as políticas públicas que busquem equalizar as diferenças sociais, surge a possibilidade de fazer com que a Administração dê o pontapé inicial, a fim de dar a preferências aos adolescentes e jovens que estejam naquela situação de vulnerabilidade e invisibilidade social e laboral, incentivando os mesmos a acessarem o mercado de trabalho e, consequentemente, possibilitando mudarem suas trajetórias na vida.

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis, como a consequente aprovação.

Luciano Nascimento
Vereador Autor – PTB

10

10

10

10

10

10

10



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

Projeto de
Número 346/2022
06/06

CMN - PROCESSO

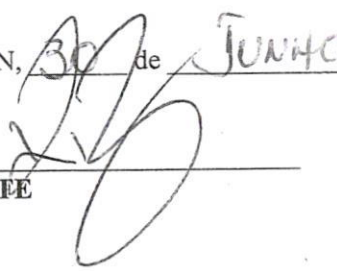
Nº 87129

FOLHA: 15 de 02

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 346/2022 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 30 de Junho de 2022.



PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☒ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☒ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 30 de Junho de 2022.



LEONARDO SCHERMA NEPOMUCENO
PROCURADOR LEGISLATIVO
MAT. 5397472



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. À sua casa.

Projeto de
Número: 346/2022
CMN - PROCESSO
Nº 87125
FOLHA: 162

PROJETO DE LEI	346/2022
AUTOR(A)	Vereador Luciano Nascimento
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

Este departamento **CERTIFICA**, para os fins regimentais que se fizerem necessários, que foi identificada a existência de **Projeto de Lei nº 439/2009, de autoria do Vereador Raniere Barbosa, que “Dispõe sobre a reserva de vagas de estágio para os menores egressos do sistema socioeducativo nos contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à administração pública no âmbito do Município de Natal, realizados de forma direta ou por licitação.”**

A referida proposição recebeu Veto do Chefe do Executivo, sendo este em seguida mantido em sua integralidade por esta Casa em 14 de abril de 2011.

Adiante, **CERTIFICAMOS** a existência do **Projeto de Lei nº 23/2011, de autoria do Vereador Raniere Barbosa, que “Dispõe sobre a garantia de cursos profissionalizantes e estágio a adolescentes residentes em orfanatos e/ou em abrigos no Município do Natal, e dá outras providências.”**

A última informação referente a esta proposição data de 09 de novembro de 2011, onde consta que foi determinado o arquivamento em razão da rejeição ao projeto, conforme o que se apreende do sistema de banco de dados do Leis.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.

Natal, 14 de julho de 2022.

Victor da Costa Reis

Victor da Costa Reis

Assessor Técnico Legislativo

MAT.: 5418720

9-11-1944

10-11-1944

11-11-1944

12-11-1944

13-11-1944

14-11-1944

15-11-1944

16-11-1944

17-11-1944

18-11-1944

19-11-1944

20-11-1944

21-11-1944



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Projeto de:
Número: 346/2009
08/12

CMN - PROCESSO

Nº 57129

FOLHA: 17 de 17

PROJETO DE LEI N.º: 00439/09

Autor: VER. RANIERE BARBOSA

Data: 08/12/2009

Classif.: EDUCAÇÃO

Ementa:

Dispõe sobre a reserva de vagas de estágio para os menores egressos do sistema socioeducativo nos contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à administração Pública no âmbito do Município de Natal, realizados de forma direta ou por licitação.

Texto:

A PREFEITA MUNICIPAL DE NATAL/RN,

Faz saber que a Câmara Municipal de Natal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Nas licitações promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública do município do Natal para contratação de prestação de serviços que prevejam o fornecimento de mão-de-obra, constará obrigatoriamente cláusula que assegure reserva de vagas de estágio para os menores egressos do sistema socioeducativo.

Artigo 2º - Os órgãos e entidades da Administração Pública do município do Natal que realizarem diretamente a contratação de estagiários, independentemente de licitação para contratar prestação de serviços, também deverão assegurar reserva de vagas de estágio para os menores egressos do sistema socioeducativo.

§ 1º Será de no mínimo 2% (dois por cento) a quantidade de vagas de estágio reservadas para os egressos do sistema socioeducativo, observados os preceitos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 2º. Ficam excluídos do disposto nesta Lei os serviços de segurança.

Artigo 3º - Os ditames desta Lei serão obrigatoriamente observados quando da renovação de contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão de obra para a Administração Pública no município do Natal por meio de licitação ou não.

Artigo 4º - O disposto no presente projeto não fere os Artigos 5º e 55º da Lei Orgânica do Município, e as despesas decorrentes da execução desta lei, sob responsabilidade do Poder Executivo do Município do Natal, deverão ser procedentes da Fonte 111, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - A presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Sala das Sessões, em Natal, 30 de Novembro de 2009.

RANIERE DE MEDEIROS BARBOSA - Vereador - Autor

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01

2000-01-01



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Projeto de
Número: 246/2022
Data: 09/04

CMN - PROCESSO

Nº 87129

FOLHA: 18 de 20

PROJETO DE LEI N.º: 00023/11

Autor: VER. RANIERE BARBOSA

Data: 23/03/2011

Classif.: EDUCAÇÃO

Ementa:

Dispõe sobre a garantia de cursos profissionalizantes e estágios a adolescentes residentes em orfanatos e/ou em abrigos no Município do Natal, e dá outras providências.

Texto:

A PREFEITA MUNICIPAL DO NATAL/RN;

Faz saber que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Além da escolarização regular, adolescentes residentes em orfanatos serão matriculados em cursos profissionalizantes, com direito a estágio em órgãos governamentais ou empresas privadas, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo é competência conjunta das instituições responsáveis pelos adolescentes e do sistema educacional municipal que tomará as medidas cabíveis para o seu efetivo cumprimento.

Art. 2º. O disposto no presente projeto não fere os Artigos 5º e 55º da Lei Orgânica do Município, e as eventuais despesas decorrentes da execução desta lei, sob responsabilidade do Poder Executivo do Município do Natal, deverão ser procedentes da Fonte 111, suplementadas se necessário.

Art. 3º. A presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

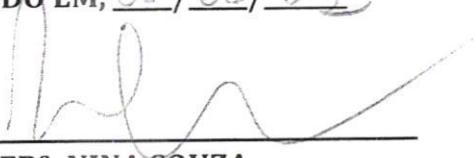
Sala das Sessões, em Natal, 17 de março de 2011.

RANIERE DE MEDEIROS BARBOSA - Vereador Autor

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DESIGNO O VEREADOR (A) nina

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 08/08/22


VERª. NINA SOUZA
PRESIDENTE



Câmara Municipal do Natal

NINA CMN - PROJETO DE LEI
VEREADORIA: 346/2022
Folhas: 10

Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 10M

GABINETE DA VEREADORA NINA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 346/2022

Objeto: Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO
Em, 24/08/2022
Ana Maria Lima Sousa Falcão
Comissão Técnica
Mat. 1.205-2

PARECER

I – RELATÓRIO

01. Cuida-se de análise do **Projeto de Lei nº 346/2022**, de autoria do Vereador Luciano Nascimento, que “*Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.*”

02. Passamos à análise.



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA



CMN - PROCESSO

Nº 57129

FOLHA: 21 M

II - FUNDAMENTAÇÃO

03. Inicialmente, tratando do princípio da reserva da administração e da iniciativa, tem-se que o tema é definido na Constituição Federal, que traz:

"Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; (...)"

04. Com a devida análise por simetria, percebe-se que, a matéria em discussão não é de competência exclusiva do Executivo, posto que não cria despesas, não altera a estrutura de cargos e vencimentos, tampouco a estrutura e atribuições das Secretarias Municipais e demais órgãos envolvidos.

05. Em suma, não há afronta ao Art. 21 da Lei Orgânica Municipal ou qualquer dispositivo legal, mesmo constitucional. De um lado, repise-se, por não criar novas atribuições e de outro, por também não tratar da implementação de despesas.



Câmara Municipal do Natal

Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA



CMN - PROCESSO

Nº 22/19

FOLHA: 22 de

06. Especificamente quanto ao tema dos custos de implementação do Projeto, ainda que se entenda que efetivamente estão sendo criados gastos, já há repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, no sentido de que, não usurpa a competência do Executivo, Lei de Iniciativa do Legislativo, que implica em despesa, mas não trata de estrutura e atribuição dos órgãos, senão veja:

“Ação direta de inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013 do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte.” [ARE 878.911 RG, rel. min. Gilmar Mendes, j. 29-9-2016, P, DJE de 11-10-2016, Tema 917.] (g.r.)

07. Em recente Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do RN, aquela Corte, entendeu ser constitucional a Lei Municipal nº 461/2017, que cria a “Patrulha Maria da Penha”, ainda que o Projeto seja de iniciativa do Legislativo.

08. Justificou-se a constitucionalidade, no fato de que a Lei não cria, extingue ou altera órgão municipal, tampouco institui novas atribuições:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PROPOSIÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL EM FACE DA LEI PROMULGADA N.º 461/2017, DO MUNICÍPIO DE NATAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR. NORMA QUE CRIA A PATRULHA MARIA DA PENHA, A SER COMPOSTA PELA GUARDA MUNICIPAL. CONVERSÃO DO JULGAMENTO DA





Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA

CMN - PROCESSO

Nº 57125

FOLHA: 23 de

CAUTELAR EM DEFINITIVO DE MÉRITO EM FACE DA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E DE SEU ESPECIAL SIGNIFICADO PARA A ORDEM SOCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 12 DA LEI N.º 9.868/99. PRECEDENTES DO STF. MÉRITO. INOCORRÊNCIA DE MÁCULA PELA EIVA DA INCONSTITUCIONALIDADE. LEI QUESTIONADA QUE NÃO VERSA SOBRE MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, POIS NÃO CRIA, EXTINGUE OU ALTERA ÓRGÃO MUNICIPAL, BEM COMO NÃO INSTITUI NOVAS ATRIBUIÇÕES OU ABORDA QUAISQUER ASPECTOS ESPECÍFICOS DA CARREIRA. INEXISTÊNCIA DO VÍCIO DE FORMA APONTADO. NÃO CONFIGURAÇÃO DA ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. LEI IMPUGNADA QUE NÃO USURPA FUNÇÕES DA POLÍCIA MILITAR OU DESVIRTUA AS DA GUARDA MUNICIPAL. ATRIBUIÇÕES PREVISTAS QUE ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA LEI ORGÂNICA DA GUARDA MUNICIPAL DE NATAL (LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 104/08) E NO ESTATUTO GERAL DA GUARDA MUNICIPAL (LEI FEDERAL N.º 13.022/14). VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES NÃO VERIFICADA. VÍCIOS FORMAIS E MATERIAIS INEXISTENTES. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI HOSTILIZADA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.” (Ação Direta de Inconstitucionalidade Com Pedido de Liminar nº 2017.004861-7 – TJRN)

09. Assim como no caso supracitado, no presente, repita-se, o texto do Projeto de Lei epigrafado não traz novas atribuições às Secretarias e órgãos envolvidos, mas tão somente repisa, de forma didaticamente redundante, que tais competência já são daquelas pastas.

10. Dá mesma forma, não há incremento de gasto, tendo em vista que o próprio Projeto de Lei estabelece:



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

CMN - PROCESSO
Nº 87/25
FOLHA: 24/25

GABINETE DA VEREADORA NINA

“Art. 2º. O regime de trabalho dos estagiários admitidos em decorrência do disposto nesta Lei observará, no que couber, as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.788/2008.”

“Art. 4º. O valor da bolsa-auxílio, referente ao estágio, obedecerá a disponibilidade orçamentária e a previsão já existente nos programas de estágio na esfera da Administração Pública Municipal.”

*“Art. 8º. A quantidade de vagas oferecidas aos estudantes será ajustada às necessidades de cada órgão ou entidade, não podendo:
I – gerar despesa superior à respectiva dotação orçamentária;”*

11. Sendo assim, não se pode enxergar no Projeto de Lei em discussão, o incremento sensível de custos, a ponto de que se questione a quebra do princípio da reserva legal, já que o seu texto deixa claro que deverá ser observado o orçamento vigente, tanto no que tange à previsão, quanto à disponibilidade.

12. Noutro pórtico, o instituto do estágio remunerado através de programas bolsistas, já é realidade no Município de Natal.

13. A Lei nº 6915/2019, por exemplo, reserva aos idosos o percentual de 5% das vagas de estágio nos órgãos da Administração municipal.

14. Dessa forma, não se pode olvidar que esse tipo de regramento encontra guarida no ordenamento jurídico local.

15. Sabidamente, jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos enfrentam enorme dificuldade na persecução da aquisição de conhecimento, como forma de desenvolvimento de suas capacidades para o trabalho.

16. Já não bastasse o sofrimento inerente à privação do convívio familiar, essas pessoas ainda são literalmente jogadas no mercado de trabalho, sem nenhum tipo de preparo, muitas vezes sequer alcançando um posto labora, tendo em vista a absoluta falta de preparo.



Câmara Municipal do Natal

Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA



CMN - PROCESSO

Nº 57129

FOLHA: 29 *ML*

17. Sendo assim, é claro dever do Estado, a promoção de medidas de inclusão social para esse grupo.

18. Dessa forma, traz a Lei nº 11.788/2008:

“Art. 1 O Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.”

“Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.”

19. De outro lado, traz a Carta Magna:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;



Câmara Municipal do Natal



Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

CMN - PROCESSO

Nº 87129

FOLHA: 26 de 126

GABINETE DA VEREADORA NINA

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

18

18

18

18

18

18

18

18

18

18



CMN - PROCESSO
Nº 57125
FOLHA: 22 PV

Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA

20. Dessa forma, não se pode negar que é dever do Estado, assegurar meios de formação educacional, que visem aparar as arestas sociais.

21. A temática é de interesse local, tendo em vista que a omissão do Município, no tocante a situação desses jovens, resultará, sem sombra de dúvidas, no incremento dos números de violência, pobreza etc.

22. Sendo assim, a competência do ente tem guarida na Carta Magna, que traz:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

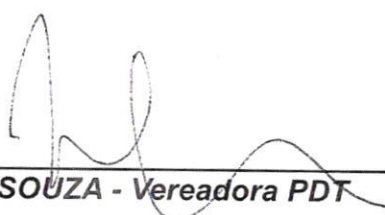
I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

23. Conclui-se, então, que não há como olvidar do dever legal do ente federativo em promover referidas medidas de inserção social, as quais são absolutamente constitucionais.

III – DA CONCLUSÃO

24. Por todo o exposto, entendo que o Projeto de Lei em discussão reveste-se de legalidade, constitucionalidade, viabilidade técnica, pelo opino por sua **APROVAÇÃO**.

Natal/RN, 22 de agosto de 2022.



NINA SOUZA - Vereadora PDT

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - Projeto de Lei
Número: 346/2022
Folha: 15

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☐ PROCESSO ☐ EMENDA

Nº 346/2022
Autor(a) Vereador(a): Spuriano Nascimento
Chefe do Executivo: ()
Relator(a) Vereador(a): Nina Souza

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 28DC

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

VOTO DO RELATOR: Aprovado

Sala das Comissões, em 12 de Dezembro de 2022.

Vereadora Nina Souza
Presidente

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereadora Camila Araújo
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Klaus Araújo
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Aldo Clemente
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

CMN - Projeto de Lei
Número: 396/2022
Folha: 20-88

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 29 de

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Ranieri Barbosa

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 04/10/22

**VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE**

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

CMN - PROCESSO
Nº 37128
FOLHA: 30 de

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Projeto Lei nº 346/2022

Interessado: Vereador Luciano Nascimento

EMENTA: Projeto de Lei cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal. NÃO POSSUI O CONDÃO DE AFETAR O ORÇAMENTO MUNICIPAL. NECESSIDADE. IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA DISCUTIDA.

RELATÓRIO

- 1) Trata-se de Projeto de Lei de autoria do vereador Luciano Nascimento que cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.
- 2) Ressalte-se que mesmo a iniciativa não tenha o fim de afetar o orçamento municipal, mas tão somente chamar a população sobre a temática abordada no presente PL, é necessário o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização.
- 3) Destaca-se que cabe a esta Comissão a análise do projeto quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles.
- 4) Ao analisar os autos, verifico que o projeto de lei em comento está dentro da legalidade exigida, fazendo com que não existam óbices ao seu regular trâmite nesta Casa até a final sanção do Executivo municipal.
- 5) Parecer favorável.

[Handwritten signature and stamp]

PARECER

Trata-se de PL de autoria do Vereador Luciano Nascimento que cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

Em sua justificativa o Autor afirma que o presente projeto legislativo visa à inclusão de jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos com a finalidade de primeiro acesso ao ambiente de trabalho, objetivando, em contrapartida, capacitá-los a profissionalização.

Tendo em vista que o critério preferencial para a seleção de estagiários está pautado na condição social em que se encontra, evidencia-se que o presente projeto busca contribuir com o aprimoramento das políticas públicas e sociais voltadas a inserção de minorias.

Nesse norte, ressalte-se que mesmo a iniciativa não tenha o objetivo onerar o orçamento municipal, faz-se ainda assim necessário o parecer desta Comissão de Finanças.

Para embasar a aprovação do presente PL vale ressaltar como adendo e escólio que O discurso da gestão da diversidade surge nas organizações de trabalho propagando a postura socialmente responsável das empresas que promovem ações de inserção de minorias sociais, apresentadas como possibilidade de superação das desigualdades sociais do capitalismo. Todavia, notamos em diversas empresas não haver nada além do cumprimento de exigências legais, como as que determinam que empresas de médio e grande porte contratem jovens aprendizes. Esses jovens, inseridos em um contexto de vulnerabilidade social, por vezes incorporam a própria ideologia hegemônica que os subjugam enquanto minorias sociais. Partindo de uma perspectiva crítica, é analisar a percepção de jovens aprendizes quanto à inclusão de minorias sociais nas organizações de trabalho. Constatamos que ainda há um longo caminho rumo à emancipação política, econômica e social dos sujeitos marginalizados por suas diferenças sociais.

Historicamente, os grupos minoritários são aqueles que, por algum motivo, geralmente ligado ao preconceito de cor, classe social ou gênero, ficaram excluídos da sociedade, **marginalizados**, e não tiveram a plenitude de seus direitos básicos garantidos. Nesse sentido, podemos colocar a população negra, por exemplo, na condição de minoria, pois, durante o colonialismo europeu, os africanos foram capturados e vendidos como escravos.

Somente aqui no Brasil foram mais de 300 anos de escravidão dos negros trazidos para cá, e, mesmo após a abolição da escravatura em 1888, eles permaneceram em situação de penúria, muitos sendo libertos repentinamente, mas sem qualquer tipo de assistência, profissionalização, educação, moradia, alimentação e acesso à saúde. A população negra ainda sofreu e sofre com o racismo, o que impede qualquer efetividade de tratamento igual e de pleno acesso aos direitos básicos.

Assim sendo, pelo zelo e respeito ao processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para a análise quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e sua adequação.

Ao realizar a análise do autos, verifico que o PL em foco atende aos requisitos legais exigidos, fazendo com que não haja empecilhos ao seu profícuo andamento nesta Casa. Neste espectro, a aprovação do presente PL não trará aumento das despesas ao Ente municipal.

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 32 de

CONCLUSÃO

Assim sendo, diante de tudo que foi exposto, este relator vota pelo parecer FAVORÁVEL ao presente PL, por sua importância, clareza e finalidade.

Natal, 07 de novembro de 2022


ROBÉRIO PAULINO
Vereador-Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.

1903
1904
1905

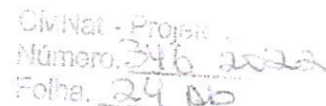
1906
1907
1908

1909
1910
1911
1912

1913

1914
1915
1916
1917
1918

1919
1920
1921
1922
1923



CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 33 *de*

Designo o(a) vereador(a) Roberto Paulino para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.
Natal, RN 5 / 10 / 22.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- (X) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
 () EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
 () EMENDA

Autor: Vereador(a) Luciano Nascimento

Relator: Vereador(a) Roberto Pereira

Favoável

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 2022.

(☒) Favorável ao Parecer
(☐) Contrário ao Parecer
(☐) Abstenção

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 546/2022
Folha: 25 MC

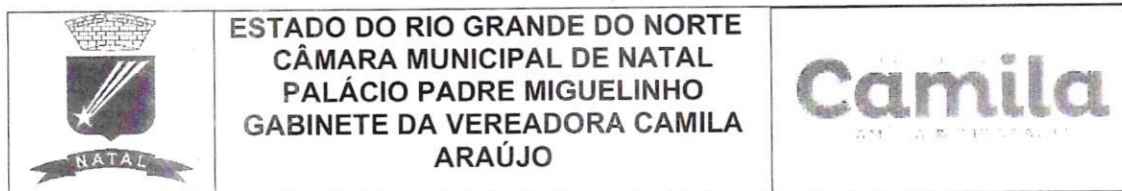
CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 34 PL

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESIGNO O VEREADOR (A) Carmelo

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 12/12/22

VER. PRETO AQUINO
PRESIDENTE



COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Ref. ao Projeto de Lei nº 346/2022.

Interessado: Vereador Luciano Nascimento.

Assunto: “Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.”

PARECER

EMENTA: COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. PARECER. ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS. LEGAIS. CONSTITUCIONAIS. PREENCHIDOS OS REQUISITOS. APROVAÇÃO TOTAL. APTO PARA APRECIÇÃO EM DEMAIS COMISSÕES E SESSÃO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do **VEREADOR LUCIANO NASCIMENTO** que cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

Observada a ordem de trabalho, o feito fora encaminhado à Comissão de saúde, previdência e de assistência social ficando sob a Relatoria da Vereadora **CAMILA ARAÚJO**, para no prazo regimental apresentar parecer opinativo.

É o que importa relatar.

Passo a opinar.


COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO
24/05/22

2. FUNDAMENTAÇÃO

CMN - PROCESSO

Nº 57128

FOLHA: 36 de

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 301610-22

Folha: 27 MC

O Projeto de Lei nº 346/2022 visa à inclusão de jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos com a finalidade de primeiro acesso ao ambiente de trabalho, objetivando, em contrapartida, capacitá-los a profissionalização.

Sua iniciativa tem o critério preferencial para a seleção de estagiários está pautado na condição social, o que traz o aprimoramento das políticas públicas e sociais voltadas a inserção das minorias.

Ademais, pretendem disponibilizar aos jovens e adolescentes alternativas no contraturno escolar, que lhes permitem vivenciar a dinâmica da vida adulta e que se habilitarem a correr atrás de um futuro melhor, obtendo experiências que possam impulsionar o ingresso no mercado de trabalho.

Por fim, também fora argumentado que compete ao poder público estimular as políticas públicas que busquem equalizar as diferenças sociais, surgindo a possibilidade de fazer com que a administração dê o passo inicial, a fim de dar a preferência aos adolescentes e jovens que estejam naquela situação de vulnerabilidade e invisibilidade social e laboral, incentivando os mesmos a acessarem o mercado de trabalho e, consequentemente, possibilitando mudarem trajetórias na vida.

Dentre a justificativa jurídica, o legislador se fundamenta no art. 23, inciso X, da Constituição Federal. Senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

A Constituição Federal, em seu artigo 30, “caput” e incisos I e II, dispõe que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

A Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, traz nos seus art. 68 e seus parágrafos, bem como o art. 69, I e II, o direito do adolescente no mercado de trabalho.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município de Natal/RN, em seu art. 5º, §1º, inciso I, assegura a Câmara Municipal a legislar sobre matérias de interesse da Cidade do Natal, desde que não fira a disposição constitucional e não adentre na competência exclusiva do Poder Executivo.

Art. 5º O Município tem competência privativa, comum e suplementar.

§ 1º Compete, privativamente, ao Município:

I - prover a administração municipal e legislar sobre matéria de interesse do Município, que não fira disposição constitucional;

Contudo, ao observar o trâmite do referido Projeto de Lei, foi identificada a existência de **Projetos de Lei**. Vejamos:

- **PROJETO DE LEI Nº 439/2009**, de autoria do Vereador **RANIERE BARBOSA**, que “Dispõe sobre a reserva de vagas de estágio para os menores egressos do sistema socioeducativo nos contratos de prestação de serviços com fortalecimento de mão-

de obra à administração pública no âmbito do Município de Natal, realizados de forma direta ou por licitação”

A referida proposição recebeu Veto do Chefe do Executivo, sendo este em seguida mantido em sua integralidade por esta Casa em 14 de abril de 2011.

- **PROJETO DE LEI Nº 23/2011**, de autoria do Vereador **RANIERE BARBOSA**, que “Dispõe sobre a garantia de cursos profissionalizantes e estágio a adolescentes residentes em orfanatos e/ou em abrigos no Município do Natal, e dá outras providências.”

A última informação referente a esta proposição data de 09 de novembro de 2011, onde consta que foi determinado o arquivamento em razão da rejeição ao projeto, conforme o que se apreende do sistema de banco de dados.

Apesar da identificação da certidão de similaridade, tais Projetos de Leis **NÃO ABRANGE a matéria expressa no Projeto de Lei apresentado pelo Vereador Luciano Nascimento que apresenta especificamente em sua matéria a criação do Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.**

Nesse sentido, atendo-se a expansão da matéria apresentada pelo Vereador Luciano Nascimento e preenchidos os requisitos legais, verifica-se não existir vício de iniciativa no tocante à competência de legislar sobre a matéria, bem como, a temática se enquadra dentre aquelas disponíveis de atuação pela Câmara Municipal.

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do art. 59, IX do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a presente relatora, opina pela **APROVAÇÃO TOTAL** do presente Projeto de Lei, a ser apreciado pelos Nobres Vereadores.

Este é o Parecer.



Natal/RN, 05 de janeiro de 2023.

CAMILA ROUSE DE ARAÚJO CABRAL
Vereadora.

PROJETO DE LEI
Nº 3-161 R-02
DATA 30/05

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Camila Araújo para nos termos do artigo 65 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.
Natal, RN 12/12/2022.

Ver. Herberth Sena
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

(X) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
 () EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
 () EMENDA

Nº 346/2022.

Autor: Vereador(a) Genivaldo Nazareto

Chefe do Executivo ()

Relator: Vereador(a) Camila Araújo

VOTO DO RELATOR:

Sala das Comissões, em 15 de 04 de 2023.

Vereador Herberth Sena
Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Camila Araújo
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Aroldo Alves
Vice-Presidente

(x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Geovane Peixoto
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

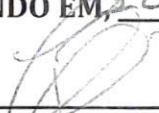
Vereador Preto Aquino
Membro

(☒) Favorável ao Parecer
(☐) Contrário ao Parecer
(☐) Abstenção

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS
MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E IGUALDADE**

DESIGNO O VEREADOR (A) Daniel

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 22 / 04 / 23



VER.^a ANA PAULA
PRESIDENTE



NATAL
Câmara Municipal de Natal
"Natal, a cidade que nasce todos os dias"

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/2022
Folhas: 32 MC

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 43 de

TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Aos 2 de maio 2023, procedi à juntada de Emenda Modificativa 15/23, de autoria do Vereador Daniel Valença, ao Projeto de Lei 346/22, de autoria do Vereador Luciano Nascimento.

E, para constar, lavrei o presente termo que subscrevo.

Natal, 2 de maio de 2023.

Juliana Celly Medeiros Costa

Juliana Celly Medeiros Costa
Assessora Técnica Legislativa

Matrícula 541538-1



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
GABINETE DANIEL VALENÇA – PT/RN

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 346/2022

Folhas: 33 MC

Daniel
VALENÇA

CMN - PROCESSO

Nº 57129

FOLHA: 42 DC

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 346/2022

Emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 346/2022, que cria política afirmativa para contratação de estagiários egressos de internatos, orfanatos e abrigos para órgãos da Administração Pública de Natal.

Dá-se ao art. 1º, *caput* e § 2º, as seguintes redações:

"Art. 1º. Fica instituído o Programa de Apoio e Incentivo ao Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, que prevê a oferta de estágio remunerado com direito de preferência, aos jovens e adolescentes egressos de acolhimento institucional, abrigo institucional casa lar e família acolhedora no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

(...)

§ 2º. Deverá o direito de preferência ser observado e permear a contratação do estagiário e da estagiária, tendo em vista a realidade do jovem ou da jovem que esteja na condição de acolhimento institucional ou familiar".

Natal/RN, 02 de maio de 2023.

Daniel Araújo Valença

Daniel Valença
Vereador de Natal (PT)



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS MULHERES, DOS IDOSOS,
TRABALHO E IGUALDADE**

CMN - PROCESSO

Nº 52128

FOLHA: 43

Assunto: Parecer sobre o PL nº 346/2022

Autor: Vereadora Aroldo Alves (PSDB)

Relator: Vereador Daniel Valença (PT)

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 346/2022

Assunto: 346/2022

Ementa

Parecer (arts. 59 e 65 do Regimento Interno da CMN). Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, dos Idosos, Trabalho e Igualdade. Reconhece o grafitismo e o muralismo como manifestações de arte conceitual urbana e popular. Pareceres favoráveis das demais Comissões. Opinião favorável (art. 59, IX, a, do RICMN).

Relatório

Proposto pelo Vereador Aroldo Alves, o projeto de lei (PL) reconhece “as práticas do grafitismo e do muralismo como manifestações de arte conceitual urbana e popular, sem conteúdo publicitário em qualquer nível, realizadas com os objetivos de compor a paisagem urbana e torna-las marcos referenciais urbanos” (art. 1º); indica os espaços que poderão receber estas modalidades de arte (art. 2º); impede a referência a marcas ou produtos comerciais, bem como a alusão a mensagens que firam os direitos humanos (art. 3º); veda a danificação ou apagamento de artes de grafite ou mural, a não ser quando “ocorrer a partir de manifestação expressa do órgão e conselhos municipais responsáveis pelo patrimônio cultural do Município e ouvida a Câmara Municipal” (art. 4º); determina que o executivo fomenta as práticas “através de financiamentos, premiações, programas de formação, no exterior inclusive, e da infraestrutura necessária para a consecução dessas manifestações de arte dentre outras formas de apoio aos seus protagonistas” (art. 5º).

A proposição tramitou na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJ), que deu parecer favorável, contrariamente ao parecer do Ver. Preto

1912

1. 1st

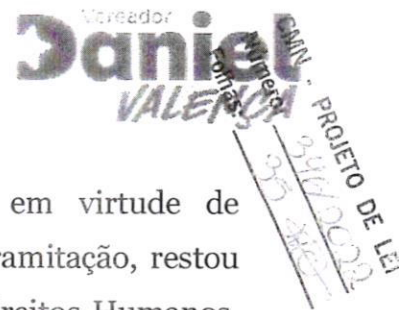
2. 2nd

3. 3rd

4. 4th

5. 5th

6. 6th



Aquino, quem observou estar prejudicada a proposição em virtude de coincidência de objeto com Leis já promulgadas. Após esta tramitação, restou concluso o PL para nosso parecer, no âmbito Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, dos Idosos, Trabalho e Igualdade. É o que se importa relatar.

Parecer

CMN - PROCESSO
Nº 37/29
FOLHA: 44 OL

Segundo o art. 59, é função das Comissões exarar pareceres acerca de aspectos gerais da Lei e sua conformidade com os objetivos Constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, em especial no que tange ao tema da Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade, consoante prevê o art. 66 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal. Pois bem.

O PL é formalmente apto, tendo em vista tratar de aspecto de interesse local do município (art. 30, I, da CF; art. 5º, §1º, I, da LOM); não tocar em matéria de iniciativa privativa do chefe do poder executivo (arts. 21 c/c art. 39, §1º, do RICMN); e nem configura indevida interferência em atribuições próprias do executivo municipal.

A proposição, que versa sobre arte em murais e grafites, cumpre importante papel de desestigmatizar essas expressões artísticas muitas vezes marginalizadas e criticadas sem conhecimento de causa. Ambas colaboram para embelezar a cidade, trazendo vida ao concreto não raramente sem expressão, cinza que permeia as construções. Relevante, entre outras, a vedação a que tais obras artísticas não sirvam para promover conteúdo publicitário, inspiração provinda, possivelmente, de proposição do legislativo municipal paulistano e construída pelo mandato petista do ex-Vereador Nabil Bonduki¹.

Com a instituição das normas previstas no PL, cumpre-se o dever municipal de apoiar as “*diferentes formas de manifestações culturais*” (art. 166, I, da LOM), bem como o de valorizar “*profissionais da produção e da difusão*”

¹ Agora é Lei: Sancionado PL que reconhece arte do grafite e cria programa municipal de fomento - Câmara Municipal de São Paulo (saopaulo.sp.leg.br)



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
GABINETE DANIEL VALENÇA – PT/RN

Vereador
Daniel
VALENÇA

PROJETO DE LEI
Número: 346/2022
Data: 31/10/2023

cultural, mediante programas de formação e de aperfeiçoamento” (art. 166, IV, da LOM).

Voto

CMN - PROCESSO

Nº 57129

FOLHA: 45

Sendo assim, opinamos de forma favorável ao PL nº 346/2022, de autoria do Vereador Aroldo Alves.

É como voto.

Natal/RN, 31 de outubro de 2023.

Daniel Araújo Valença

Daniel Valença
Vereador de Natal (PT)

200



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - Projeto de Lei
Número. 346/2022
Folha. 31 ME

CMN - PROCESSO
Nº 57/25
FOLHA: 46 M

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Daniel Valença para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.
Natal, RN 12/04/23.

Ver. Ana Paula
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E IGUALDADE.

- ☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☒ EMENDA

Nº 346/2022

Autor: Vereador(a) Luciano Rossini

Chefe do Executivo ()

Relator: Vereador(a) Daniel Valença

VOTO DO RELATOR: Favorável com Emenda sugerida

Sala das Comissões, em 30 de maio de 2023.

Ver. Ana Paula
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Ver. Brisa Bracchi
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Ver. Bispo Francisco
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Ver. Daniel Valença
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Ver. Julia Arruda
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900

1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930

1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960

1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990

1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020



Câmara Municipal do Natal
Cidade do Natal



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 346/2022

Folhas: 33

CMN - PROCESSO

Nº 37128

FOLHA: 47

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 346/2022

Emenda Modificativa nº 15 de 2023

Cria política afirmativa para contratação de estagiários egressos de internatos, orfanatos e abrigos para órgãos da Administração Pública de Natal.

PARECER

I – RELATÓRIO

01. Cuida-se de análise da **Emenda Modificativa nº 15 de 2023**, de autoria do Vereador Daniel Valença, ao **Projeto de Lei nº 346/2022**, de propositura do Vereador Luciano Nascimento, sendo objeto da modificação a alteração o art. 1º e de seu § 2º do supracitado Projeto de Lei.

02. Passamos à análise.

COMISSÃO TÉCNICA
NATAL



Câmara Municipal do Natal
Natal - RN



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho
GABINETE DA VEREADORA NINA

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/2022
Folhas: 39 de 40

II - FUNDAMENTAÇÃO

03. A questão não requer nenhuma delonga.
04. Traz o texto original do Projeto de Lei:

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 28 de 28

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, que prevê a oferta de estágio remunerado, com direito de preferência, aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

...

§ 2º. Deverá o direito de preferência ser observado e permear a contratação do estagiário, tendo em vista a realidade do jovem que esteja na condição de interno, em orfanato ou abrigado.

05. Já a Emenda Modificativa proposta traz a seguinte alteração textual:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, que prevê a oferta de estágio remunerado, com direito de preferência, aos jovens e adolescentes egressos de acolhimento institucional, abrigo institucional casa lar e família acolhedora no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

...

§ 2º. Deverá o direito de preferência ser



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA

NINA CMN - PROCESSO
VEREADORA Nº 57125
FOLHA: 49 M

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/2022
Folhas: 40 SE

observado e permear a contratação do estagiário, tendo em vista a realidade do jovem que esteja na condição de acolhimento institucional ou familiar.

06. Analisando a Emenda Modificativa ao Projeto de Lei em questão, percebe-se que a mesma se reveste de legalidade, afinal desde 1990 com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as nomenclaturas como “orfanato” e “abrigos” foram extintas.

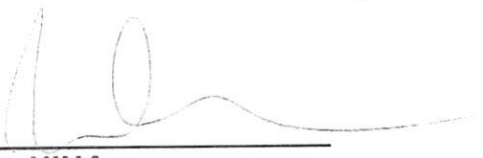
07. Dessa forma, não houve desnaturação do texto original, mas tão somente uma modificação pertinente.

08. Sendo assim, não encontra óbice a pretensão da Emenda em discussão, nos mesmos termos do Parecer formulado pelo então Relator, por oportunidade da apreciação do texto original o PL.

III – DA CONCLUSÃO

09. Por todo o exposto, entendo que a Emenda Modificativa em análise reveste-se de legalidade, constitucionalidade e viabilidade técnica, pelo que opino por sua **APROVAÇÃO**.

Natal/RN, 30 de maio de 2023.



NINA
Vereadora PDT

1. The first part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

2. The second part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

3. The third part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

4. The fourth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

5. The fifth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

6. The sixth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

7. The seventh part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMNat - Projeto de Lei
Número: 340/2022
Folha: 4182
CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 50 M

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() PROCESSO ☒ EMENDA

Nº 346/2022

Autor(a) Vereador(a): Luciano Vasconcelos

Chefe do Executivo: ()

Relator(a) Vereador(a): Nina Souza

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

VOTO DO RELATOR: Aprovado (Favorável) à Emenda.

Sala das Comissões, em 05 de Junho de 2023.

Vereadora Nina Souza
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Raniere Barbosa
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Brisa Bracchi
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Camila Araújo
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Klaus Araújo
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Handwritten text at the top left, possibly a date or page number.

Handwritten text in the middle right section.

Handwritten text in the lower middle right section.



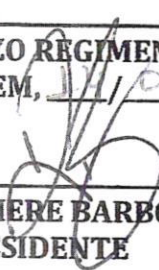
CMNat - Projeto de Lei
Número: 346/22
Folha: 42

CMN - PROCESSO
Nº 57128
FOLHA: 53-02

EMENDA
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Robson eaqello

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 11/06/23


VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.

1. 1. 1.



CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/23
Folhas: 43

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 52

GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 346/2023

Assunto: Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

Interessado: Vereador Luciano Nascimento

PARECER

I. RELATÓRIO

Trata-se da análise do Projeto de Lei nº 346/2023, de autoria do Vereador Luciano Nascimento que “Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal”.

A proposição foi lida em plenário em 30 de junho de 2023, sendo certificado pelo Setor Legislativo a existência da proposição em tramitação ou já convertida em Lei semelhante a esta nesta Casa Legislativa. Ato contínuo, seguiu para tramitação no âmbito das Comissões Técnicas desta Casa Legislativa, tendo seu trâmite iniciado na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, recebendo parecer favorável, sendo este aprovado pelos membros da comissão.

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO
Em, 10/10/23

[Assinatura]



CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/22
Folhas: 45

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 57/28
FOLHA: 53

GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO

Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com intuito de com ofertar vagas de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal.

Outrossim, no tocante estritamente aos aspectos financeiros e orçamentários destaca-se que a despeito da possível criação de despesas ao ente municipal, deve-se ressaltar que já há repercussão geral reconhecida do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não usurpa a competência do Executivo, Lei de iniciativa do Poder Legislativo, que implique em despesa, mas não trate de estrutura e atribuição dos órgãos. Sendo, portanto, certo concluir que inexistente eventual potencial de desequilíbrio orçamentário ao município.

III. CONCLUSÃO

Nestes termos, no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emito parecer pela **APROVAÇÃO TOTAL** do presente Projeto de Lei.

Natal, 10 de outubro de 2023.


ROBSON CARVALHO
Vereador

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 54 DC

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Rabson Cavaleiro para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.
Natal, RN 14/06/23.

Ver. Ranieri Barbosa
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

[illegible]

Nº 346 / 2022.

Autor: Vereador(a) Luciano Rosendo

() Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a) Rafaelson Carvalho

VOTO DO RELATOR: Favoreu - a Emenda

Sala das Comissões, em 11 de Outubro de 2023.

Vereador Raniere Barbosa
Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Ana Paula
Membro

(f) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Nivaldo Bacurau
Vice-Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Anderson Lopes
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robson Carvalho
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 346/2022

Folhas: 47

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 346/2022

Folhas: 47

CMN - PROCESSO

Nº 57128

FOLHA: 55

EMENDA
COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESIGNO O VEREADOR (A) Herberth

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 16 / 10 / 22


VER. HERBERTH SENA
PRESIDENTE

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21

11 21



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Herberth Sena

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/2022
Folhas: 48

CMN - PROCESSO
Nº 57/25
FOLHA: 56

PARECER

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto de Lei nº 346/2022 de Autoria do, Vereador Luciano Nascimento, "Cria o programa de apoio e incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com ofertas de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município."

COMISSÃO TÉCNICA
RECEBIDO
em, 23/03/24

A Comissão, nos termos regimentais, designou-me relator a fim de emitir parecer sobre a matéria, para analisar referido Projeto de Lei.


Ana Maria Lima Falcão
Comissões Técnicas
Mat. 1205-3

Trata-se da análise de **Projeto de Lei nº 346/2022 de Autoria do, Vereador Luciano Nascimento**, "Cria o programa de apoio e incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com ofertas de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município."

Temos que, a norma firmada no Regimento Interno da Câmara Municipal, que prevê como atribuição desta Comissão de Saúde, Previdência e



Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN - CEP: 59012-120
E-mail: vereador.hs@gmail.com
Telefone: (84) 3232-2467
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Palácio Padre Miguelinho

Gabinete do Vereador Herberth Sena

de Assistência Social a seguinte área de atividade: "I - projetos referentes à educação, ensino, arte, patrimônio histórico, esportes, **higiene e saúde pública**.

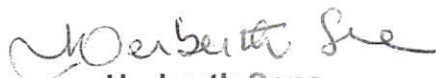
"

Inicialmente, cumpre destacar a importância do projeto de Lei, que visa à inclusão de jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos, com a finalidade de primeiro acesso ao ambiente de trabalho objetivando, em contrapartida, capacitá-los a profissionalização, conforme justificativa apresentada.

No que se refere a validade jurídica do referido Projeto, temos que, a Constituição Federal, em seu artigo 30, "caput" e incisos I e II, dispõe que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar à legislação federal e estadual no que couber, sendo assim, patente a competência dos municípios para legislar sobre matérias de interesse local, motivo pelo qual, tal fundamentação demonstra que o referido Projeto se encontra juridicamente apto a ser apreciado pelos demais Vereadores, sendo emitido parecer favorável pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Após análise a presente proposição, não constatei nenhum impedimento a sua tramitação nesta comissão, opino pela sua aprovação, sou **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei.

Natal/RN, 29 de novembro de 2023.


Herberth Sena

Vereador – PSDB

ADRISON DE
ATHAYDE VILELA CID
SILVA:09267618466

Adrison de Athayde Vilela Cid Silva

Assinado de forma digital por
ADRISON DE ATHAYDE VILELA
CID SILVA:09267618466
Dados: 2023.11.30 14:35:33
-03'00"

Advogado OAB/RN 12.822



Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN – CEP: 59012-120
E-mail: vereador.hs@gmail.com
Telefone: (84) 3232-2467
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/2023
Folhas: 49 de 49

CMN - PROCESSO
Nº 57125
FOLHA: 57 de 57



CMN - PROCESSO

Nº 57125FOLHA: 5802

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 346/2022Folhas: 30 ME

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Herberth Sena para nos termos do artigo 65 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.
Natal, RN 10 / 10 / 2023.


Ver. Luciano Nascimento
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☒ EMENDA

Nº 346/2022Autor: Vereador(a) Aurico

Chefe do Executivo ()

Relator: Vereador(a) Herberth SenaVOTO DO RELATOR: Favorável com EmendaSala das Comissões, em 25 de março de 2024.


Ver. Luciano Nascimento
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção


Vereadora Camila Araújo
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Preto Aquino
Vice-Presidente

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Herberth Sena
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção


Vereador Peixoto

Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/2002
Folhas: 51 52.

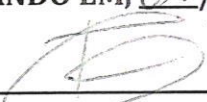
CMN - PROCESSO
Nº 57128
FOLHA: 5902

EMENDA

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS
MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E IGUALDADE**

DESIGNO O VEREADOR (A) Que Paulo

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 09 / 04 / 29


VER.^a BRISA BRACCHI
PRESIDENTE

1000
1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000
1000
1000
1000

1000
1000
1000
1000
1000

1000
1000
1000
1000



CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/22
Folhas: 52

Câmara Municipal do Natal
Gabinete da Vereadora Ana Paula
Rua Jundiá, 546, Tirol | Tel. (84) 99105-2302

CMN - PROCESSO
Nº 57125
FOLHA: 60

PARECER
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS
MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E IGUALDADE.

Parecer a emenda ao Projeto de Lei nº 346/2022, de autoria do Vereador Luciano Nascimento, que "Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal."

A matéria trata do Projeto de Lei nº 346/2022 de autoria do Vereador Luciano Nascimento, que "Cria o Programa de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento do Trabalho Educativo de Jovens e Adolescentes – PROTEJA, com oferta de estágio remunerado aos jovens e adolescentes egressos de internatos, orfanatos e abrigos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Natal."

O referido Projeto foi encaminhado a esta Comissão, após tramitar na Comissão De Legislação, Justiça e Redação Final, na Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, na Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social, Comissão de Direitos Humanos e ser encartado emenda; e após as apreciações obteve aprovação.

A proposição em apreço, visa oferecer estágios remunerados à egressos de internatos, orfanatos e abrigos. A emenda apresentada aponta novas terminologias, substituindo através da boa prática, as palavras "internatos" e

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO
Em, 12/06/22



CMN - PROJ. SO
M. 57/29
FOLHA 69/82

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 346/22
Folhas: 53/80

Câmara Municipal do Natal
Gabinete da Vereadora Ana Paula
Rua Jundiá, 546, Tirol | Tel. (84) 99105-2302

"orfanatos", por acolhimento institucional, abrigo institucional, casa lar ou família acolhedor

Na perspectiva do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe como relatora observar:

Art. 66- A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias tem as seguintes áreas de atividades:

I - projetos relativos ao combate à violência e defesa dos direitos humanos, em todos os níveis;

II - iniciativas referentes aos órgãos assistenciais do município e entidades congêneres;

III - matérias de interesse dos grupos de defesa dos direitos humanos e de combate à violência, bem como das minorias estabelecidas;

IV - fiscalização e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como toda a legislação atinente à defesa dos direitos humanos, em especial defesa do trabalho.

V - proposições relativas ao combate à violência e à defesa dos direitos humanos, do trabalho e das minorias;

Pelo exposto, o parecer ao Projeto de Lei nº 346/2022, de autoria do Vereador Luciano Nascimento é **FAVORÁVEL**.

Natal, 29 de Maio de 2022.

Ana Paula
Vereadora/Relatora



CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 62 *OK*

Designo o(a) vereador(a) Anna Paula para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.

Natal, RN 00/04/24.

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO

Nº 57129

FOLHA: 63

Projeto de Lei: Nº 346/2022

INTERESSADO: Ver. Luciano Nascimento

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **Fim Trâmite**, apto ao Plenário.

Natal, 25 de Novembro 2024.

pp. Arivaldo A. de Aguiar

Ana Maria L. Batista Falcão.

Assessor Técnico Legislativo

Mat. 12053

Lu



Câmara Municipal do Natal
A Casa do povo. A tua casa.

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Mesa Diretora

CMN - PROCESSO
Nº 57125
FOLHA: 64 de

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 346/22
FOLHA: 56 de

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- | | |
|--|---|
| ☒ Projeto de Lei <u>346/2022</u> | ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica |
| ☐ Projeto de Lei Complementar | ☐ Processo |
| ☐ Projeto de Resolução | ☐ Emenda |
| ☐ Projeto de Decreto Legislativo | ☐ Outro: _____ |

Resultado da Votação:

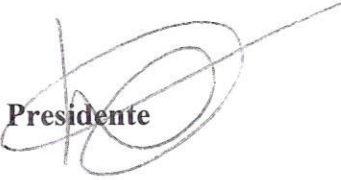
- | | |
|--|--|
| ☒ Aprovado em 1ª Discussão | ☐ Aprovado o Parecer da CCI |
| ☐ Aprovado em 2ª Discussão | ☐ Rejeitado o Parecer da CCI |
| ☐ Aprovado em Votação Única | ☐ Mantido o Veto |
| ☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício | ☐ Rejeitado o Veto |
| | ☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado |

OBS: com pareceres favoráveis.

Quórum:

☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 12 de Abr de 2025.


Presidente

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

1931

1932

1933

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944



Câmara Municipal do Natal
A Casa do Cidadão, A Casa do Cidadão.

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Mesa Diretora

CMN - PROCESSO
Nº 57129
FOLHA: 65 82

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 340/22
FOLHA: 54

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 346/2022 ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Projeto de Lei Complementar ☐ Processo
☐ Projeto de Resolução ☐ Emenda
☐ Projeto de Decreto Legislativo ☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

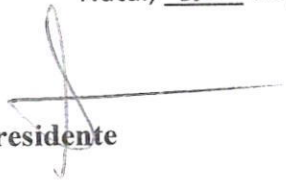
- ☐ Aprovado em 1ª Discussão ☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☒ Aprovado em 2ª Discussão ☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Aprovado em Votação Única ☐ Mantido o Veto
☐ Aprovado em Regime de Urgência – ☐ Rejeitado o Veto
Dispensa de Interstício ☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS: _____

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 02 de Abri de 2025.


Presidente